

Jacinta Maria Matos, *Pelos espaços da pós-modernidade. A literatura de viagens inglesa da Segunda Grande Guerra à década de noventa*. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

Nesta obra, baseada numa tese de doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra em 1995, Jacinta Matos leva os leitores a uma viagem de descoberta. Não é opção que constitua surpresa, dado o contributo português para as viagens pelo mundo e, em paralelo, para a literatura de viagens. O que é de notar é o facto de o objecto principal da autora nesta obra ser um conjunto substancial de textos de viagens em língua inglesa, muitos dos quais não foram ainda objecto de atenção crítica, nem breve, nem sistemática, por parte de académicos pertencentes ao universo de língua inglesa – e muito menos de outros. De facto, o *corpus* que é analisado é de tal modo extenso que uma só recensão não poderá ter em conta todas as obras. Assim, as omissões não constituem juízos de valor sobre autores específicos nem sobre as respectivas obras. Os comentários interpretativos são parafraseados e incluídos apenas nos casos em que ilustram ou reforçam os comentários e argumentos da autora.

O estudo consiste numa extensa Introdução seguida de quatro capítulos e bibliografia. O Capítulo I, «O mundo pós-colonial», trata de viagens feitas por viajantes ingleses a ex-colónias. O Capítulo II, «A cidade e a selva», utiliza como estrutura de base a velha dicotomia Civilização/Barbárie para

discutir a viagem ao que é conhecido (urbano) e ao que é estranho (primitivo). O Capítulo III, «Viagens revisitadas», dá especial ênfase à inovação da narrativa do pós-guerra, enquanto o último, «Viagens sem destino», se centra na obra de Bruce Chatwin, servindo ainda de conclusão.

Para efeitos de coesão da obra, os autores escolhidos como objecto de estudo são britânicos – trata-se, afinal, de um estudo de Literatura Inglesa – e a inclusão de escritores de língua inglesa de outras origens teria tornado o trabalho improdutivo e incoerente. A única excepção que a autora se permite é Paul Theroux, cuja obra é muito claramente herdeira da tradição inglesa. Os textos estudados foram escolhidos por exemplificarem e ilustrarem as questões discutidas de forma particularmente produtiva. No que se refere ao equilíbrio entre as fontes primárias e as secundárias, Jacinta Matos privilegia os textos literários e as narrativas de viagens relativamente ao material crítico. Não significa isso que tenha excluído ou ignorado obras importantes. A bibliografia fundamental está muito presente e, de facto, todo o estudo tem por base um amplo trabalho de leitura; no entanto, o carácter de novidade desta área de investigação significa inevitavelmente que muitos autores ainda não tenham sido estudados. Jacinta Matos decidiu não se ocupar de *autoras* de literatura de viagens, uma vez que esse estudo estaria fora do âmbito do trabalho, já que exigiria um enquadramento teórico de referência muito específico.

A «Introdução», que é em si mesma uma metáfora de viagem alargada, estabelece com clareza os objectivos e os parâmetros do estudo, referindo de seguida o que se

espera encontrar na literatura de viagens, género que, poderia argumentar-se, se inicia com a expulsão do Paraíso. A autora refere ainda que a viagem é habitualmente usada como metáfora da vida humana. Descrevendo as principais convenções do género, Jacinta Matos chama a atenção dos leitores para um dos grandes prazeres da viagem (se não mesmo da leitura), «o encontro com o imprevisto». A escrita de viagens inglesa não foi ainda adequadamente estudada, sendo normalmente utilizada para estabelecer o contexto histórico e sociocultural de obras literárias, ou mesmo explorada como fonte de informação bibliográfica sobre autores literários, e não considerada como um tipo de texto específico ou como objecto de estudo por direito próprio (é interessante, de todo o modo, verificar que, desde que a autora concluiu o doutoramento, em 1995, os estudos portugueses sobre a literatura de viagens conheceram um forte impulso, como comprovam recentes colectâneas de ensaios e actas de congressos). Foca-se depois o passado recente do género, dando-se particular atenção à sua (des)continuidade relativamente ao passado histórico e literário. Apesar de alguns críticos chegarem mesmo a considerar a escrita de viagens como uma espécie em vias de extinção, Jacinta Matos não tem essa perspectiva. Muito pelo contrário, a autora argumenta que, se a natureza da viagem se alterou, também a escrita de viagens mudou, tanto quanto à função como quanto à forma.

Colocam-se depois uma série de questões cuja resposta irá sendo facultada, explícita ou implicitamente, ao longo da obra. Por exemplo, por que motivo é necessária a literatura de viagens quando as pessoas podem ter a experiência directa da viagem? O que muda nas viagens quando o viajante inglês no estrangeiro já não é o colonizador, e sim um simples visitante num país pós-colonial independente? Poucos são ainda os críticos que estudaram a escrita de viagens do período pós-colonial. Jacinta Matos colmata essa lacuna agrupando coerentemente as obras em termos de diferentes critérios,

tais como o «destino» da viagem (literal, geográfico ou simbólico) e as técnicas narrativas utilizadas, tradicionais ou inovadoras.

O Capítulo I considera o mundo pós-colonial, tomando como referência a «jóia da coroa», a Índia. Tal como acontece na «Introdução», há uma grande preocupação na enunciação dos objectivos e na definição do âmbito desta parte da obra. A autora estuda as mudanças das relações do inglês com as antigas colónias, bem como da relação entre o pós-colonialismo e o pós-modernismo. Com a queda do sistema colonial, caem também as grandes metanarrativas e as oposições binárias. A literatura de viagens do período pós-1945 trata necessariamente do antigo colonizador e do seu «outro», o antigo colonizado, uma relação que é, aliás, consubstanciada em V. S. Naipaul, autor que ocupa o espaço entre esses dois mundos. O mundo colonial continua ainda no discurso e na imaginação. O presente tem que ser visto na sua relação com o passado. A escrita de viagens torna-se assim no *locus* em que se articulam as tensões e as ambiguidades da nova ordem, enquanto se desmoronam e desaparecem as certezas da velha ordem. O conto de Naipaul «A Parcel of Papers, a Roll of Tobacco, a Tortoise: An Unwritten Story», em que o ex-colonizado pode agora decidir o seu próprio destino (nos dois sentidos da palavra) ilustra exactamente essa situação.

Jacinta Matos analisa também obras de Newby, Cameron e Dalrymple, que podem classificar-se como narrativas autobiográficas, uma vez que nelas se revivem experiências do passado ou se recupera a história da respectiva família. Por outro lado, Geoffrey Moorhouse legitima a sua viagem à Índia pelo facto de ser britânico – para ele, a história dos dois países é perfeitamente inseparável. O que os três autores fazem é uma apropriação simbólica do país, com base num passado mítico e completamente desligado das realidades do presente.

Naipaul é especialmente importante neste contexto, tanto enquanto figura que tenta reproduzir a viagem do colonizador num sentido invertido, indo primeiro de

Trinidad, colónia britânica, na periferia, para Inglaterra, o centro, e viajando depois para a Índia, descrevendo assim um triângulo que corresponde efectivamente à cartografia das diferentes – e talvez incompatíveis – coordenadas da sua própria identidade. Obras predominantemente negativas como *An Area of Darkness* e *India: A Wounded Civilisation* tornam claro que se trata de uma tentativa falhada. Naipaul não consegue regressar às origens, apenas lhe é dado tomar consciência do seu próprio estatuto híbrido e das contradições que o pós-colonialismo legou à nova geração.

A oposição Civilização/Barbárie constitui uma das grandes dicotomias por meio das quais a civilização ocidental tradicionalmente se define, embora o pensamento contemporâneo ponha em questão a validade das oposições binárias. Jacinta Matos utiliza aquela dicotomia para estruturar o Capítulo II, «A cidade e a selva», de acordo com o argumento de Hayden White segundo o qual a mesma oposição binária foi usada ao longo da história para definir o que se é em termos daquilo que se não é. (Como refere Stuart Hall, «Quando se sabe o que todos os outros são, então é-se aquilo que eles não são»). No entanto, a dicotomia não é fixa e imutável; e, de facto, o segundo termo, a «Selva» tem, no contexto deste debate, vários significados possíveis (não necessariamente traduções literais). Pode ser bucolicamente benigna, como o «campo», como na poesia pastoril de Virgílio (ou, mais recentemente, em Eça de Queirós) ou como a «Natureza» do discurso romântico. Poderá ainda alargar-se à «floresta-selva» tropical e exótica (também a «wilderness», em inglês), não domesticada pelo homem. Poderá ainda significar «deserto», como por exemplo em T. E. Lawrence. Devemos ainda lembrar que «selva» pode funcionar também como metáfora da cidade.

Não obstante ser errado partir do princípio de que a Cidade é sempre sinónimo de Civilização, para efeitos deste estudo, e independentemente de quaisquer juízos de valor, Cidade/Civilização toma em geral o

significado de sede de poder político, militar e económico, ou seja, a confirmação visível da capacidade humana de construir uma rede complexa de relações sociais e económicas. Selva/Barbárie, por outro lado, conota formas menos elaboradas de organização social baseadas em estruturas económicas e políticas simples, ou seja, o primitivo. A dicotomia existia já na Grécia Antiga, no pensamento aristotélico, no âmbito da tradição greco-latina, no sistema de crença judaico-cristão, na Idade Média, contexto em que, como seria de esperar, o outro é constituído pelo Próximo Oriente encontrado nas peregrinações à Terra Santa, nas Cruzadas. Com a Época dos Descobrimentos, os europeus viram-se confrontados com um verdadeiro «outro», negro ou índio, e a literatura dos Descobrimentos teve o seu papel na domesticação de uma realidade que era entendida como ameaçadora, monstruosa, com criaturas de algum modo sub-humanas. Da alegoria medieval passa-se ao empirismo e a literatura de viagens torna-se cúmplice do processo de colonização, ao nomear – portanto, ao apropriar – coisas e gentes. No decurso da história, as mudanças de terminologia reflectem mudanças de atitude, como ilustra o mito do Bom Selvagem. O Oriente adquire uma posição privilegiada na imaginação romântica, enquanto a África se torna o objecto de estudo da ciência que leva às teorias de superioridade racial. Contudo, nos finais do século XIX, surge um novo conceito da dicotomia em causa. O modernismo evidencia uma tendência para perspectivar a Civilização como Barbárie: os bárbaros não se encontram à porta – entraram já e o primitivo existe agora dentro de nós. Evelyn Waugh constitui um exemplo notável de um profundo pessimismo relativamente à civilização europeia.

A secção introdutória termina com um comentário sobre um dos grandes paradoxos dos tempos modernos. É depois da descolonização que a influência ocidental efectivamente aumenta, com as ex-colónias a procurar ajuda no Ocidente para a modernização das respectivas sociedades. Entre-

tanto, as diferenças entre a Civilização e a Barbárie tornam-se menos nítidas; a aldeia global que surgiu como consequência da revolução das telecomunicações faz diminuir a distância entre nós e o outro. Devido ao desenvolvimento dos sistemas de transporte, nem sempre é possível saber com exactidão onde acaba a cidade e começa o campo. A dicotomia sofre de novo alterações, e os seus termos adquirem novos valores e novos significados.

Depois de estabelecido este contexto e feito o historial da dicotomia em análise, a autora passa então ao tema da Cidade na literatura, lembrando aos leitores a centralidade e a recorrência do mesmo desde que pela primeira vez o ser humano se fixou em espaços urbanos e tentou dar sentido à vida através da narrativa. A partir de St.º Agostinho, torna-se difícil representar a cidade, por um lado símbolo do triunfo do homem sobre a barbárie, por outro, uma força desumana e alienante que escapa ao controlo humano. Trata-se de uma comunidade de estranhos, de múltiplos outros, como refere a autora. Hoje em dia, as metáforas tradicionais não são já capazes de representar os sentidos possíveis da cidade pós-moderna e pós-industrial. Com a alteração das paisagens urbanas, também mudaram as narrativas sobre a cidade. Nalguns casos, a cidade torna-se uma sinédoque de toda uma civilização com características urbanas.

Os textos-chave escolhidos para análise situam-se nos Estados Unidos e os seus autores são viajantes do Velho Continente em viagem para o Novo Mundo. Esse fenómeno tem precedentes. Mesmo antes de a América «existir», ela fora objecto de uma colonização simbólica, que preenchia os espaços com mitos (a Atlântida, o El Dorado, a Terra Prometida, o Paraíso Recuperado). No entanto, contrariamente aos primeiros migrantes, o viajante de hoje em dia não vê a América como a Terra Prometida. Jacinta Matos analisa a versão que o inglês pós-moderno cria da América ao ler o espaço entre o conhecido e o exótico.

Em narrativas mais antigas sobre a cida-

de, encontrava-se o *flâneur*, que vagueava pelas ruas da cidade e pelos olhos de quem eram «lidos» os habitantes e as suas idiosincrasias. A figura do indivíduo solitário encontra-se também em Wordsworth, Dickens, Poe, Baudelaire, Balzac e Cesário Verde. (A autora remete aqui para a importante obra de Raymond Williams, *The Country and the City*). Tal como o explorador que se aventura em terreno desconhecido, o *flâneur* torna-o acessível ao leitor, embora apenas na sua superfície. Com o modernismo, a cidade torna-se símbolo de fragmentação e de alienação, do desmoronar das relações sociais, da Civilização. A Cidade americana tornou-se numa espécie de selva («wilderness» – e Jacinta Matos evita deliberadamente a expressão «selva de betão»), tal como nos surge em Dickens, Gissing e Eliot. A literatura de viagens imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial preserva ainda a forma tradicional de estruturar a experiência do viajar pelo mundo urbano (*Among the Cities*, de Jan Morris). Essa técnica é, contudo, rejeitada por obras mais recentes; a visão individual do *flâneur* foi substituída por uma representação mais polifónica da vida urbana, como se verifica em *The Heart of the World* (1993), de Nik Cohn, com as diferentes vozes que se fazem ouvir. Em *New York Days*, *New York Nights* (1986), Stephen Brook leva ainda mais longe essa técnica, optando pela figura do *voyeur*. O espaço citadino pós-moderno é amorfo e fluido, exigindo um novo tipo de discurso ou representação; os autores deixam de poder utilizar a metáfora para significar a cidade. Não significa isto que as metáforas estejam totalmente ausentes, e sim que deixam de ser predominantes, tornando-se em apenas uma de entre várias opções possíveis. Por exemplo, em «Subterranean Gothic» (1984), de Theroux, o metro torna-se uma sinédoque da cidade. Enquanto na narrativa realista tradicional os autores partem do particular para o geral, da parte para o todo, para construir o contexto mais amplo, os autores pós-modernos evidenciam uma tendência para isolar e descontextualizar, juxtapondo elementos sem qualquer

preocupação de os integrar num todo.

Os autores de literatura de viagens ingleses que escrevem sobre a Grã-Bretanha poderão encontrar-se numa situação de certa desvantagem, seguindo os passos de outros («pelas sendas de outrem»). Jacinta Matos selecciona três tipos de viagens: pela Grã-Bretanha rural, onde o homem vive com a Natureza; a Grã-Bretanha fabril, apesar do declínio industrial; a Grã-Bretanha histórica, o passado ancestral. Os escritores de narrativas de viagens utilizam uma técnica de «desfamiliarização», perspectivando o seu país como se fossem estrangeiros. Por exemplo, *Native Land: the Bizarre Rituals and Curious Customs that Make the English English* (1990), de Nigel Barley; *The Return of the Native Reporter* (1988), de Robert Chesshyre; *Coasting* (1986), de Jonathan Raban, este último título sugerindo um movimento perpétuo, ausência de compromissos, alienação. A inclusão do termo «native» no título de uma obra sugere uma perspectiva ou uma abordagem antropológica. Nigel Barley, que segue as pisadas dos victorianos ao explorar a «darkest England», está consciente dos processos por meio dos quais se constroem os mitos da identidade nacional. Robert Chesshyre faz uma crítica acérrima da Grã-Bretanha de Thatcher, apelando ao regresso aos valores tradicionais que faziam da Grã-Bretanha um lugar onde valia a pena viver. No entanto, os dois últimos autores operam de seguida uma «re-familiarização», construindo uma nova imagem do seu mundo, uma imagem em que existem rupturas, tradições e ambiguidades. O facto de os autores – depois de Johnson e Cobbett – começarem por desconstruir, para depois reconstruírem, a sua imagem do país parece constituir uma condição *sine qua non* da literatura de viagens inglesa.

A partir do subtítulo «A Green and Pleasant Land», Jacinta Matos considera o campo como um repositório de virtudes há muito esquecidas na cidade. Enquanto alguns mitos foram já destruídos, o mito rural continua activo, nomeadamente em termos da crença de que é no mundo da

natureza que reside a única possibilidade de renovação da sociedade contemporânea, tema recorrente em grande número de obras. Em «Dark Satanic Mills», a autora situa-nos no âmbito da geografia mítica. A volta foi de 360 graus: onde dantes se ouviam lamentos pela perda de um mundo rural idílico, os escritores choram agora o declínio da Grã-Bretanha industrial. Estaleiros de construção naval, minas de carvão e siderurgias desapareceram. Em lugar deles, há novas tecnologias alojadas em parques industriais (um oxímoro contemporâneo?) e turismo. E, por fim, «The New Jerusalem», neste caso a utopia falhada do turismo cultural, uma Grã-Bretanha transformada num grande museu ou centro comercial, pronta a ser consumida.

A terceira secção centra-se na «Selva» («wilderness»), analisando as narrativas de viagens de dois autores fundamentais, Laurens van der Post e Wilfred Thesiger, os últimos de uma longa tradição em que se incluem Mungo Park, Richard Burton, Stanley, Livingstone e Lawrence. Tanto van der Post como Thesiger são escritores profissionais de literatura de viagens, fazendo questão de mostrar as suas credenciais; ambos adoptam um tom elegíaco, plenamente conscientes de que são os últimos de uma espécie em extinção, de que escrevem sobre um mundo que já não existe, testemunhas da morte de uma época e dos seus heróis. Estes autores regressam aos lugares da infância, podendo afirmar-se que escrevem «de dentro»: van der Post de África, Thesiger do Iraque. Ambos procuram comunidades isoladas e autónomas em continentes relativamente pouco conhecidos, e assumem a identidade do outro, o que constitui uma outra forma de apropriação. A busca que empreendem não é apenas uma busca das suas origens individuais, mas sim das origens da humanidade. Van der Post chega a reviver o mito do Bom Selvagem, que incarna tudo aquilo que o homem moderno perdeu.

Em contraste absoluto com aqueles autores, temos a nova geração de escritores – Newby, O'Hanlon e Barley – amadores da exploração. *A Short Walk in the Hindu Kush*

(1958), de Newby, é uma paródia deliberada do grande explorador, uma viagem anti-épica e nada heróica. Os novos escritores são quase o perfeito oposto dos seus predecessores, hesitantes, propensos à formulação de juízos errados e, em última análise, extremamente conscientes das suas próprias limitações. O'Hanlon, tal como Conrad, utiliza a viagem rio-acima como base estrutural de *Into the Heart of Borneo* (1985), na qual o protagonista «civilizado» encontra os nativos «não civilizados». Contudo, os jovens da tribo mostram-se muito mais interessados nas últimas danças de «disco-sound» europeias. Não se trata de um desencontro entre a Civilização e a Barbárie, e sim entre velhas e novas gerações da aldeia global. Barley, *The Innocent Anthropologist* (1983), vai mais longe ainda ao questionar toda a base do estudo antropológico. Ao contrário de muitos dos seus predecessores, Nigel Barley tem consciência da quase impossibilidade de se integrar o suficiente para ter acesso aos segredos e tabus da comunidade, mantendo simultaneamente o distanciamento e a objectividade que lhe permitam levar a cabo a sua observação científica. O autor pondera também a dificuldade de encontrar uma linguagem adequada à descrição do outro, uma linguagem não condicionada por factores pessoais, culturais e históricos.

Torna-se claro que a viagem pós-moderna adquiriu características lúdicas e paródicas, reminiscentes do humor negro e do estilo satírico de Evelyn Waugh. Os autores pós-modernos tentam ultrapassar a dicotomia tradicional, embora não tenham ainda conseguido atingir esse objectivo. No entender de Fredric Jameson, como lembra Jacinta Matos, o que caracteriza a sociedade pós-moderna é a importância atribuída à imagem ou simulacro. O passado não é um outro país, e sim uma série de imagens fotográficas. E, contudo, como mostra o Capítulo III, «Viagens revisitadas», há pelo menos três autores que tentaram visitar o passado, através da reconstrução das chamadas viagens «épicas»: Bernard Levin, com *Hannibal's Footsteps* (1987), Tim Severin,

em *The Sindbad Voyage* (1983), *The Jason Voyage* (1986) e *The Ulysses Voyage* (1987) e Nicholas Coleridge, com *Around the World in 78 Days* (1985). Jacinta Matos considera menos interessante a reconstrução de Levin, que entende ser bastante trivial. Severin baseia as suas viagens em contos populares, mitos e em Homero, ao passo que Coleridge rescreve uma obra literária. Todos eles constituem exemplos das tendências canibalescas do pós-modernismo. Em *Dead Men's Chest: Travels after Robert Louis Stevenson* (1987), Nicholas Rankin conclui, por outro lado, que não pode haver um regresso directo ao passado. Como explica Jacinta Matos, o passado determina a nossa visão do presente e é o presente que constrói o passado.

O Capítulo IV, «Viagens sem destino», descreve uma mudança de ênfase, ou, pelo menos, uma alteração nas prioridades do autor de narrativas de viagens. Nas obras analisadas neste âmbito, o ponto de chegada revela-se menos importante do que a viagem em si mesma. Daí que o protagonista se encontre permanentemente em movimento, sempre como um observador, um estranho, alguém de fora («outsider») que não participa. O mundo é instável e o mesmo se passa com o autor. Depois de analisar Gavin Young e Alexander Frater, Jacinta Matos dedica especial atenção àquele que é tido como o mais importante autor deste tipo de literatura de viagens, Paul Theroux. Theroux pretende demarcar a sua escrita da literatura de viagens tradicional, buscando uma nova dimensão. Para o viajante de Theroux, a viagem poderá constituir uma ruptura com o passado, uma mudança de identidade, uma busca de solidão e anonimato, ou ainda um fim em si mesma. O sujeito é desenraizado, alienado, deslocado do passado e do presente.

Por fim, as *Songlines* de Bruce Chatwin à laia de conclusão. A autora lamenta que a obra de Chatwin tenha sido «relegada» para o final, mas teria tido dificuldade em inseri-la em qualquer das secções anteriores devido a possíveis inconsistências. Apesar de poder de certo modo inserir-se em «A selva», uma vez que trata de aborígenes australianos



nos e respectivos costumes, há outros elementos da obra que não justificariam essa opção. De facto, como refere com perspicácia Jacinta Matos, Bruce Chatwin resiste a qualquer tentativa de categorização, seja por parte dos críticos, seja por parte dos editores. Contudo, ficcional ou não, a obra é uma narrativa sobre viagens que descreve os costumes e a cultura, uma verdadeira viagem, uma celebração da existência humana, (re)criação de mitos de origem, uma viagem pela vida.

Em resumo, o que esta análise dos textos de viagem pós-1945 revela é a capacidade de permanência e de auto-renovação de uma das mais antigas formas narrativas, um facto que poderia passar-nos despercebido não fora a diligente organização e análise a que Jacinta Matos submete o material em estudo. E muito mais poderia acrescentar-se sobre autores e obras específicos, mas não era esse o objecto deste estudo, pelo que tal matéria terá que ser tratada noutros lugares. Apesar de extremamente abrangente, o trabalho evita o tipo de superficialidade em que os «survey studies» facilmente redundam. Jacinta Matos identifica os antepassados literários, contextualiza devidamente os autores e, por meio de análises extremamente aturadas, apresenta perspectivas originais sobre obras conhecidas e novas leituras de textos menos conhecidos, sempre com adequado apoio crítico. A autora, que domina a teoria crítica contemporânea, seleccionou criteriosamente os conceitos que melhor se ajustam às exigências interpre-

tativas e analíticas do seu trabalho. Esta obra de Jacinta Matos desempenha muitas e diversas funções. Para além da tarefa principal, que é o estudo de quatro décadas da literatura de viagens inglesa, a autora traçou também um breve mas valioso panorama da história da escrita de viagens, em paralelo com uma história das atitudes britânicas relativamente ao outro.

A autora deixa «trilhos» muito claros, que os futuros estudiosos poderão seguir ou não, conforme entenderem. Uma área que não pôde ser explorada neste tipo de trabalho e que mereceria atenção, especialmente à luz das afirmações de Jameson, é o papel do programa de viagens na televisão, em que podemos consumir imagens e representações do outro com um simples premir do botão do controlo remoto. Os últimos sobreviventes das antigas civilizações – os seus rituais e ritos mais preciosos – são «ensanduichados» entre as telenovelas do princípio da noite e os concursos populistas da TV. Os programas de viagens constituem, por um lado, uma opção de estilo de vida e, por outro, uma maneira muito conveniente (e instantânea) de reforçar o nosso sentido de nós mesmos.

As gralhas são mínimas e as traduções para português (especialmente elaboradas para a edição do trabalho) são fiéis às obras originais. O único ponto a lamentar é que esta obra não esteja disponível ao público de língua inglesa. ■

Patricia Odber de Baubeta